

**ILMA. SRA. PREGOEIRA, FLAVIANA MEDEIROS L. RIBEIRO**

*Pregão Eletrônico n. 044/2023*

*Processo Administrativo n. 9186/2022*

CLÁUDIO ELIX DOS SANTOS, CNPJ n. 11.392.346/0001/07, tendo manifestado sua intenção de interposição de recurso contra a decisão da Pregoeira que declarou como vencedor no item 40 (assim como em outros itens) a empresa PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA., vem, tempestivamente, oferecer suas razões de recurso, na forma abaixo:

O procedimento licitatório em questão rege-se pelas disposições da Lei n. 14.133, de 2021, que em seu art. 5º estabelece que na aplicação daquele diploma legal observar-se-á, dentre outros, o princípio da vinculação ao edital, que pode ser entendido como um desdobramento do princípio constitucional da legalidade estrita, destinado a proporcionar segurança para os licitantes e para o interesse público.

Pode-se afirmar também que a vinculação ao edital deriva do princípio do procedimento formal, que impõe à Administração a observância às regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

De se concluir, portanto, ser imprescindível que se observe estritamente o que foi previsto no instrumento convocatório, de forma a afastar qualquer possibilidade, mínima que seja, de que os interessados e/ou participantes sejam surpreendidos por “novidades” no curso do procedimento.

Por pelo menos doze vezes o Edital que rege o presente certame licitatório faz referência ao “edital e seus anexos” ao dispor sobre a aplicação daquele ato convocatório, indicando que todas as informações também exigidas nos anexos do edital são de observância obrigatória.

Embora os itens 6.1.1. a 6.1.6. do edital descrevam quais os **campos mínimos** que devem constar das propostas para perfeita identificação do **objeto**, suas **especificações e preços**, o Anexo III vai além de ser apenas a exemplificação de uma planilha de formação de preços (primeira parte do anexo), **exigindo informações adicionais**, a saber: *(i)* valor total da proposta por extenso (o que permite dirimir dúvidas em relação aos preços expressos em algarismos), *(ii)* prazo de validade da proposta, *(iii)* declaração de que nos preços propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta, *(iv)* e-mail para recebimento de empenhos e pedidos, *(v)* dados bancários, *(vi)* nome e qualificação do representante legal para assinatura do contrato, dentre outras informações que não constituem dados cuja inserção esteja submetida ao arbítrio do proponente.

O ora recorrente, assim como outros licitantes, apresentaram suas propostas “físicas” com a inserção de todas as informações adicionais (obrigatórias) acima listadas, uma vez que se tratam de informações indispensáveis aos procedimentos que se seguirem à fase de adjudicação.

Considerando que os anexos que integram o edital **são de observância obrigatória**, considerando que o item 7.2 do edital estabelece que ao verificar as propostas o pregoeiro deve desclassificar “*desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos*” e considerando, por fim, que proposta “física” trazida ao processo pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. não apresenta as informações adicionais exigidas pelo Anexo III do edital, **impõe-se a desclassificação daquela proposta.**

Em razão de todo o exposto, REQUER seja desclassificada pela Sra. Pregoeira a proposta oferecida pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. por não observância à integralidade do que determina o Anexo III do Edital do certame licitatório em referência.

Termos nos quais requer e espera deferimento.

São José do Vale do Rio Preto – RJ, em 29 de setembro de 2023.

CLÁUDIO ELIX DOS SANTOS, CNPJ n. 11.392.346/0001/07